

Sopa de letrinhas 2x

Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.

FACCHINI, Regina.

Rio de Janeiro: Garamond – Seção Garamond Universitária, 2005. 304 p. (Sexualidade, gênero e sociedade, v. 6).

Já no título de sua obra, Regina Facchini denuncia o tamanho do desafio a que se propõe: pensar sobre o movimento homossexual organizado, no Brasil, associando-o à construção daquilo que a autora chama de “identidades coletivas”. Resultado de dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, o livro está dividido em cinco grandes áreas, três capítulos, nos quais a autora discorre sobre o início do trabalho de campo, localizando a si mesma como ativista em organizações não-governamentais (ONGs).

Durante o processo de definição temática de sua pesquisa de mestrado, a autora se deparou com questões que até então não se haviam apresentado: ela própria, ativista de uma entidade sindical, no início dos anos 90, conta que percebeu a amplitude das diferenças entre ser “um grupo organizado” e “uma ONG”, ou, no limite, entre “ser” uma ONG desde sempre e “se tornar” uma ONG por exigências organizativas e financeiras; ainda nesse campo, ela aponta para as diferenças também entre os públicos-alvo das organizações não-governamentais, e como as categorias foram sendo adequadas às discursividades de cada época, deslocando-se, por exemplo, a noção de “povo” para a noção de “cidadão”, logo no início dos anos 80, quando os movimentos sociais eram bastante influenciados por ideais de esquerda e libertadores.

A autora vai elencando seus temas, que vou agrupar aqui em apenas três tópicos temáticos – e o faço porque o livro parece poder ser resumido de tal forma: primeiro, uma vasta (dentro dos limites da pesquisa realizada) reconstrução histórica dos movimentos homossexuais no Brasil, partindo do final dos anos 70 e chegando aos 90 (do século XX), década na qual centra seu estudo, tomando como base um grupo de defesa e promoção dos direitos de homossexuais (e transexuais e travestis), na cidade de São Paulo. Segundo, embora ainda dentro do campo da reconstrução histórica, há no livro uma área destinada a discutir as tensões surgidas no seio dos movimentos organizados (e na vida dos indivíduos homossexuais), com o advento da Aids, e as mudanças ocorridas no meio não-governamental, com a emergência das “ONGs/Aids”, entidades estruturadas a partir do impacto da epidemia da doença, causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), assim como discutir de que maneira essas “novas” ONGs foram incorporadas ou rejeitadas pelas demais, em especial por aquelas que atuavam junto a homossexuais. Em terceiro lugar, encontra-se o resultado mesmo da pesquisa de Facchini, descrições de suas inserções em campo (o campo está referido como tendo durado de 1997 a 2001, com saídas e reinserções), contatos com o grupo do movimento homossexual escolhido para ser pesquisado em São Paulo (Grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) e alguns questionamentos acerca do objetivo de estudar a construção de identidades coletivas nos anos 90, dentro do recorte da homossexualidade.

Ficam de fora desses três tópicos questões abordadas pela autora na introdução, quais sejam, a contextualização acadêmica de seu trabalho, definição de metodologia, escolha do campo, tema, objetivos, e o diálogo com as literaturas existentes, tanto sobre organizações do movimento social, e as transformações destas em organizações não-governamentais “profissionais” (aspas minhas), quanto sobre o movimento homossexual e, ainda, a relação entre

movimentos sociais e as identidades.

Em relação aos movimentos sociais organizados no Brasil, Facchini ressalta a importância de se compreender o contexto social e político brasileiro, no que diz respeito ao período de governos militares e à posterior redemocratização do país, para só então tentar entender as articulações de grupos organizados – mulheres, negros, homossexuais. Ao escolher os grupos homossexuais, a autora explica que o fez também para ampliar as possibilidades de tensionamento teórico ao pensar as relações entre identidades e movimentos sociais. Tomando como exemplo os estudos de Edward MacRae (pesquisa realizada na década de 80 e publicada em 1990)¹ junto ao Somos, oficialmente o primeiro grupo homossexual organizado no país, surgido em São Paulo em 1978, Facchini passa a trabalhar com as noções acerca das identidades construídas, tarefa que realiza no limite da superficialidade, defendendo que o fato de grupos “alternativos” (destaque da autora) serem teoricamente anti-autoritários e construídos para serem “comunidades de iguais” (idem), isso na prática não seria verificado, com a existência de divisões, problemas, cobranças e estruturas burocráticas tão tradicionais quanto de uma instância governamental.

Avançando nessa questão, a autora se apropria de conceitos sobre identidades, desenvolvidos por outros autores, enfatizando o caráter relacional da construção das mesmas, definindo que é no limite da relação com um outro grupo humano que um determinado grupo humano pode estabelecer, de alguma forma, uma noção identitária, uma vez que esta não pode ser construída apenas por auto-atribuição. Ao apresentar, na terceira e última parte de seu trabalho, os resultados do trabalho de campo realizado junto ao Grupo CORSA, a autora volta ao tema das identidades, e este é o caminho que farei aqui também.

Creio que o levantamento histórico realizado traz uma contribuição bastante significativa para a compreensão dos movimentos sociais organizados no país, especificamente os homossexuais, ao reconstruir de forma detalhada a trajetória daquilo que se convencionou chamar “sociedade civil organizada”, na área dos direitos humanos. Utilizando como fontes indivíduos de destaque ativismo no campo dos grupos organizados de defesa e promoção dos direitos de homossexuais, autores diversos e documentos jornalísticos e históricos, a autora apresenta quem a lê com muitas histórias de luta, organização, trabalho ativo no combate às discriminações,

dados estatísticos sobre violência contra homossexuais, e informações históricas sobre o surgimento dos movimentos sociais no Brasil, e a posterior “profissionalização” destes.

É nessa área do livro, que a autora chama de “recomposição histórica”, que se encontram os maiores detalhes da obra. Mesmo sem contextualizar a “entrada em campo”, a autora deixa bastante claro quais foram suas fontes, com quais autores dialoga, e a importância da trajetória pregressa para se compreender contemporaneamente o papel e a atuação das organizações não-governamentais, não apenas vinculadas à questão homossexual, embora este seja o cerne do trabalho realizado.

Em que pese estar incluída nessa parte do livro, há uma subárea temática dedicada exclusivamente a entender o impacto da epidemia de Aids nas organizações não-governamentais existentes na época de seu surgimento no país, em meados dos anos 80, e também a reação dos demais movimentos sociais de homossexuais à doença. Nessa parte, a autora apresenta o período de retomada do ativismo homossexual brasileiro, muito estimulado pelo advento da Aids, e seus desdobramentos e características estigmatizantes para homossexuais, e de que maneira grupos organizados mais informalmente foram buscando registro e reconhecimento legal como organização não-governamental, visando a participação em concorrências governamentais para financiamento de projetos genericamente chamados de “prevenção de Aids” ou “para defender direitos de gays, lésbicas e travestis” (grifos meus).

Finalmente, de maneira mais enfática, é neste último trecho da recomposição histórica que Facchini trata da “sopa de letrinhas” do título de seu trabalho, ao analisar a variedade e intensidade da realização de eventos, seminários, encontros, congressos e mobilizações efetivadas a partir do final dos anos 80 e realizadas, com maior ou menor frequência, até o momento em que ela escreve sua dissertação² e lança seu livro aqui resenhado. A trajetória estudada poderia ser resumida assim: movimentos sociais diversos, tendo em comum a defesa dos direitos das minorias e ideologias de esquerda, vão aos poucos se tornando mais profissionais e organizados, buscando reconhecimento social e legal, e requerendo a condição de organização não-governamental (associando essa condição à seriedade de seu trabalho) e o merecimento de financiamentos privados ou governamentais. No campo específico das organizações

homossexuais, outras questões se apresentaram como cruciais em épocas de paradas, marchas, congressos e projetos voltados ao "orgulho gay"; talvez a principal delas seja o dilema entre respeitar identidades de gênero singulares e propor, através de Fóruns e Associações, o englobamento e a inclusão de todas as categorias de expressão da sexualidade e da afetividade humanas em grupos únicos.

O que teoricamente seria ideal, isto é, reunir o maior número possível de representantes de minorias em grupos amplos, para fortalecer uma luta que seria comum, se torna na prática um problema. Esse problema é bem explorado pela autora em seu trabalho, mas ficam de fora questões muito significativas de gênero e identidades sexuais que não surgem apenas no momento de se organizar reuniões em ONGs ou Paradas da Diversidade. Para além de se discutir a inclusão ou exclusão através do simbolismo das siglas (daí a idéia de sopa de letrinhas) – que inicialmente tinham duas letras, depois três, depois cinco,³ e sabe-se lá até onde vão –, talvez fosse pertinente apontar para as interfaces entre os grupos que estão por trás dessas siglas. Em que pese considerar relevante conhecer as mobilizações políticas desses grupos, para tentar aprofundar o entendimento sobre as políticas de promoção de direitos dos homossexuais e de prevenção de Aids no país, creio que seria mais interessante para quem lê, e fundamentalmente para quem não compartilhou e não compartilha dessas trajetórias coletivas dos grupos homossexuais, saber quais as condições de diálogo entre, por exemplo, grupos organizados de lésbicas e o movimento feminista.

Ou, talvez mais importante ainda, conhecer as condições em que se dão as relações entre os indivíduos representados pelas letrinhas todas das siglas – sopa: basta relatar que travestis não participam de grupos de gays, para abordar a questão? É realmente suficiente apontar que lésbicas não encontram espaço de atuação em grupos masculinos e preferem sair e criar seus próprios grupos?

Se a proposta temática é pensar a construção de identidades coletivas, e se a própria autora sugere que essas identidades são construídas de forma relacional e contrastiva, nem sempre atendendo às premissas de igualdade existentes no interior dos grupos do movimento homossexual, caberia uma abordagem mais atenta sobre as separações, divisões e fundações de grupos a partir de grupos, pensando de que maneira as identidades e limites são estendidos e retraídos, de acordo com os

interesses participativos maiores ou menores e as possibilidades de expressividade das identidades de gênero dentro de contextos diversos. Certamente, mesmo que pareça uma constatação óbvia, as diferentes possibilidades de vivência de suas identidades para homens e mulheres homossexuais, travestis, transexuais, bissexuais e transgêneros (e quaisquer outras categorias possíveis) estão pautadas pelas oposições e forças em disputa nos campos sociais e políticos em que estas se encontram.

Na parte final de seu trabalho, Facchini nos apresenta o Grupo CORSA, formado por homens de diferentes lugares do Estado de São Paulo, mas que tinham em comum, na época da fundação do grupo, a participação em grupos de psicoterapia para homossexuais. Em 1997, ainda em seu início, o CORSA estava inserido em um momento de efervescência dos movimentos homossexuais organizados em São Paulo, e foi o principal articulador da I Parada da Diversidade,⁴ realizada em junho deste mesmo ano, a partir de uma passeata realizada pelos organizadores do Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, também realizada em São Paulo, em fevereiro daquele ano.

É nesse capítulo que travamos contato com ativistas contemporâneos e as demandas organizacionais e estruturais das ONGs de defesa dos direitos de homossexuais, suas interfaces e interlocuções com outras organizações não-governamentais, especialmente com aquelas voltadas especificamente ao trabalho de prevenção de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Em sua análise, Facchini dá voz e vez aos ativistas do CORSA, acompanhando suas reuniões, atividades, discussões e eleições de diretoria. A observação participante da autora nos permite entender, observadas as limitações pertinentes ao olhar distante, os caminhos do CORSA desde seu início, com concepções religiosas católicas presentes, buscando uma diferenciação entre seus ativistas e outros grupos mais "radicais" até a inevitável transformação de suas características primárias, tendo que "se tornar uma ONG", a fim de garantir sua sobrevivência prática, com uma sede, financiamento para campanhas e ampliação da sua visibilidade no campo.

Embora contenha muitos detalhes dos processos internos do grupo, alguns questionamentos podem ser feitos: novamente, a questão de gênero, relativa à participação de lésbicas e travestis no grupo, é tratada com alguma superficialidade, e assim também acontece com as descrições de disputas internas

e brigas com outros grupos, especialmente na organização de alguns eventos. Mesmo que se compreenda a escolha do recorte da autora, e as limitações impostas por esse recorte, alguns temas parecem tratados exaustivamente sem necessariamente contribuírem para a discussão, e outros são abordados 'por alto', quando poderiam ajudar a entender a proposição inicial da pesquisa de mestrado, que era entender o movimento homossexual brasileiro e a construção de identidades coletivas nos anos 90.

Ao fim da leitura, pode-se ter a impressão de que o tamanho da ousadia temática proposta acabou perdendo qualidade em alguns momentos, e tendo de sobra em outros, como no já citado capítulo da recomposição histórica. Poder-se-ia dizer que Facchini acabou criando uma segunda "sopa de letrinhas", ou multiplicando por dois aquela que já havia verificado em campo, em seus estudos também teóricos. Apesar disso, a leitura é interessante, instigante, e certamente contribui, se não para uma maior compreensão das trajetórias de construção das identidades coletivas nos anos 90, para ampliar o conhecimento geral sobre os movimentos homossexuais no Brasil, e sua fundamental importância para o debate da questão da sexualidade e a diminuição dos preconceitos existentes em relação à temática homossexual no país.

Notas

¹ MACRAE, 1990.

² FACCHINI, 2002.

³ Pelo menos sete siglas de designação dos grupos homossexuais aparecem no trabalho: GL (gays e

lésbicas), GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), e LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

⁴ A Parada é um evento anual que inicialmente marcava a data do levante de Stonewall In, bar frequentado por homossexuais e travestis em Nova Iorque, Estados Unidos, que foi invadido por policiais em 28 de junho de 1969. A resistência de seus frequentadores à invasão policial foi um divisor para a organização de homossexuais em todo o mundo, e a data se tornou conhecida como Dia do Orgulho Gay (Gay Pride Day), dando início a manifestações anuais em diversos países. No Brasil, com a ampliação da participação de indivíduos de outras orientações sexuais, mudou de nome para Parada Livre (em Porto Alegre), Parada da Diversidade (em São Paulo), e outras denominações em outros estados e cidades, em oposição ao nome original estadunidense, Gay Pride Parade.

Referências bibliográficas

- FACCHINI, Regina. *"Sopa de Letrinhas"? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

Anelise Fróes ■

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

História das mulheres, da academia para os almoços de domingo

Minha história das mulheres.

PERROT, Michelle.

São Paulo: Contexto, 2007. 191 p. (Tradução de Angela M. S. Côrrea do original *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006.)

Hoje a História das mulheres é uma área acadêmica consolidada. Cursos regulares, simpósios concorridos, produção intelectual farta e publicações especializadas acessíveis em bibliotecas e livrarias corroboram essa afirmação.

O caminho até sua legitimação, embora não tenha sido fácil, parece irreversível. Olhar para trás só valoriza a conquista: no século XVIII, pensadores discutiam se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se se aproximavam mais dos animais irracionais. Elas esperaram até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para poder ingressar nas universidades. No século XX, ficou mais claro que as mulheres têm uma história, e que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também se concluiu, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. E que ela também ilumina e sofisticava a história geral. Daí para o desenvolvimento dos estudos de gênero, considerando o caráter social e histórico das representações de feminino e masculino, foi relativamente rápido.

A hora, agora, é fazer com que um público mais amplo tenha acesso às descobertas dos pesquisadores. A História precisa sair das universidades e ganhar as ruas. A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente na elaboração de políticas públicas, nas escolas, nas TVs e nas rádios.

Mais uma vez os franceses saíram na frente. Acostumados que estão à figura do "historiador público" (aquele que tem um compromisso social, assume posições políticas, vai à mídia divulgar

suas idéias, procura dialogar com um público mais amplo), tiveram a feliz idéia de levar a história das mulheres aos ouvintes de rádio. Michelle Perrot, uma das pesquisadoras mais importantes do tema, foi convidada pela France Culture a participar de uma série radiofônica que, em 25 programas (de 28 de fevereiro a 1º de abril de 2005), sintetizou, "traduziu" e divulgou para um público de não-especialistas o conteúdo de mais de 30 anos de pesquisas e reflexões acadêmicas sobre as mulheres. A iniciativa, levada a cabo na voz clara e entusiasmada da própria Perrot, alcançou uma audiência extraordinária. Para perpetuar e ampliar tal sucesso, a série foi transformada em livro em março de 2006. A obra ganhou nas páginas da imprensa francesa elogios como "texto apaixonante", "resumo inteligente da história das mulheres", "sensível e pessoal como uma boa conversa ao pé do fogo". No Brasil, a Editora Contexto (a mesma de *História das mulheres no Brasil e História da cidadania*) rapidamente providenciou a edição em português: *Minha história das mulheres*.

Embora a autora (mundialmente respeitada e com muitos admiradores no Brasil) já tenha vários livros publicados em nossa língua, não há risco em afirmar que nenhum outro é tão acessível e instigante quanto esse, justamente por ter nascido de uma vontade de falar a muita gente e com coragem de assumir posições também a respeito de assuntos da atualidade.

Em *Minha história das mulheres*, Michelle Perrot toma a liberdade de dar uma visão pessoal de um tema sobre o qual se debruça há muitos anos. Ao mesmo tempo, mostra como essa história é de todas as mulheres; de todos nós, na verdade, já que fala também da relação com os homens, da sexualidade, da família, das representações de masculino e feminino, das classes sociais, do poder, da sociedade. Destacar as mulheres é uma forma de reforçar a idéia de que elas têm uma história, da qual são também sujeito ativo. Significa também, sem nenhuma contradição com a seriedade cobrada dos pesquisadores acadêmicos, engajar-se como militante no projeto de emancipação das mulheres da forma como faz Michelle Perrot. O eixo central da história escrita à la Perrot é o processo da crescente visibilidade das mulheres em seus combates e suas conquistas nos espaços público e privado.

Para narrá-lo, a autora elege cortes temáticos que constituem os cinco capítulos do livro.

O primeiro capítulo trata do significado de *escrever a história das mulheres*, quando as próprias mulheres, incorporando a idéia de que sua existência é privada e sem importância, foram responsáveis pela chamada autodestruição da memória feminina, o que, somada aos silêncios impostos e às imagens distorcidas do feminino, criou toda sorte de dificuldades aos historiadores interessados no tema. Ao narrar a trajetória da legitimação acadêmica dos estudos sobre as mulheres nas universidades francesas, a autora lança mão de sua própria experiência, já que, como uma das pioneiras na área, foi testemunha ocular e privilegiada de todo esse processo que chamou de “uma revolução intelectual de primeira ordem”. Otimista, fala dos avanços: o questionamento da avalanche de discursos e de imagens sobre as mulheres (muitas vezes um olhar masculino enviesado), a ruptura dos silêncios e o nascimento desse campo específico de pesquisa. Também trata das fontes e de sua acessibilidade. Descobrimos, com uma certa ponta de inveja, como os franceses têm investido recentemente em aquisições de documentos, arquivos, publicações, bibliotecas e sites sobre a história das mulheres.

No segundo capítulo, o tema é *o corpo*. Começando pelas “idades da vida”, mostra a historicidade da questão da longevidade das mulheres (tema em que “o biológico se dissolve no existencial”), estudando desde as representações em torno do nascimento de meninos e meninas (e a prática do infanticídio de bebezinhos, existente até hoje em certos lugares) até a velhice das mulheres, passando pela educação diferenciada por sexo, a menstruação e a menopausa. Baseada em fontes diversas, que vão de dados demográficos à literatura de ficção, discorre sobre casamento, sexo, maternidade e controle da natalidade. Motivada talvez pela recente polêmica que dividiu opiniões na França entre favoráveis e contras a que garotas muçulmanas usem véu nas escolas públicas, Michelle Perrot dedica muitas páginas às representações que envolvem os cabelos das mulheres e à “longa história do véu”, tratando-os como evidências nítidas dos códigos sociais envolvidos nas construções do feminino. Finaliza o capítulo com um panorama da submissão do corpo feminino; as repressões de todo tipo, estupros coletivos e “institucionalizados”, prostituição, assédio sexual, violência doméstica.

A *alma* vem no terceiro capítulo – a religião, a cultura, a educação, o acesso ao

saber, a criação –, trazendo à tona hereges, santas e feiticeiras, leitoras e escritoras, artistas, sábias e criadoras. As dificuldades, o desenvolvimento de práticas femininas e as conquistas contemporâneas nos campos da “alma” podem ser vislumbrados por meio da abordagem sensível de Michelle Perrot muito bem casada com o volume imenso de informações devidamente embasadas que seu livro disponibiliza.

Em *O trabalho das mulheres*, conhecemos o cotidiano das camponesas, os afazeres e protestos das donas-de-casa, as condições de vida das criadas e empregadas domésticas, as dificuldades e conquistas das operárias, a trajetória das professoras, o desempenho das vendedoras, a performance das atrizes. Segundo Perrot, as mulheres sempre trabalharam, mas era um “trabalho invisível”, não valorizado, não remunerado. O acesso ao exercício de atividades reconhecidas e profissões remuneradas é historicamente recente, estando o trabalho das mulheres ainda longe de igualar-se ao dos homens em termos de valorização social e ganhos salariais. Além disso, conquistas femininas no espaço público, embora sejam um avanço evidente, podem revelar algumas contradições como, por exemplo, a conhecida dupla jornada de trabalho e a atual estigmatização dos afazeres domésticos.

Finalmente, no quinto capítulo, *Mulheres na cidade*, migramos com fugitivas e exiladas ou esperançosas trabalhadoras e militantes. Viajamos com missionárias, cientistas e aventureiras. Atravessamos fronteiras da História, redefinindo cronologias em função da especificidade da experiência histórica feminina. Em seguida, invadimos a “Cidade proibida” por meio de todas as formas de ação coletiva adotadas pelas mulheres na luta por direitos civis, políticos, sociais, com destaque para o acesso à contracepção, a liberdade sexual, o combate à violência de gênero de todo tipo, incluindo as abomináveis mutilações genitais ainda praticadas por grupos fundamentalistas.

Ao perguntar *E agora?*, Michelle Perrot convida a pensar a respeito da questão que perpassa todo o livro: “Como evoluiu a diferença dos sexos? Como se modificaram as partilhas entre os homens e as mulheres, suas identidades e sua hierarquia?” (p. 165). Ressalta uma vez mais a repressão sofrida pelas mulheres, mas lembra que sua história não é feita só de violências e submissões: “o *status* de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes” (p. 166). Michelle

Perrot recusa explicitamente qualquer perspectiva maniqueísta da relação dos sexos e defende que escrever a história das mulheres "não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global" (p. 166).

Apesar de não se deter no assunto, menciona a contribuição de pesquisas sobre a história das mulheres fora do campo da História Moderna e Contemporânea, ricos acréscimos feitos por medievalistas e especialistas em Antiguidade e Pré-História. Também faz referências a outros espaços, para além da Europa e dos Estados Unidos, constatando que a História das mulheres e das relações de gênero se desenvolveu muito "no Extremo Oriente, pelo menos na Índia e no Japão, e na América Latina, particularmente no Brasil (com centros de estudos muito ativos em Campinas, Rio e Florianópolis), e mesmo na África, onde não é fácil escapar de representações etnológicas um tanto engessadas" (p. 167). Conclui fazendo um breve

balanço da condição feminina nos dias hoje e estimulando novas pesquisas naquela que é também uma "história a se fazer".

Minha história das mulheres faz valer o dito *toda História é História Contemporânea*: tem um compromisso com o presente, interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte de nossa vida. E cumpre a promessa de divulgar a história das mulheres: procura falar a pessoas de fora da academia, permitindo-lhes enxergar passado e presente com muita clareza, por meio de exemplos concretos, descrições detalhadas, paralelos com situações contemporâneas, análises em linguagem acessível e comentários corajosos. Daí para esta história virar assunto nos almoços de família talvez não falte muito. Com *Minha história das mulheres* um passo foi dado.

Carla Bassanezi Pinsky ■
Historiadora

Tirar o aborto da sombra. A condição fetal: uma sociologia do engendramento e do aborto

La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement.

BOLTANSKI, Luc.

Paris: Gallimard, 2004. 420 p.

O sociólogo Luc Boltanski estuda as dimensões normativas da atividade humana, os sentidos de justiça e de moral nas sociedades complexas, tendo publicado várias obras a respeito (*L'amour et la justice comme compétences; De la justification; La souffrance à distance; Le nouvel esprit du capitalisme*). A pesquisa sobre engendramento e aborto permite confrontar um objeto no qual a contradição é dimensão integrante e coloca disputas sobre a questão do que é justo. Boltanski constrói um

modelo teórico ao contrapor dados empíricos e outras disciplinas além da sociologia, como a antropologia, a filosofia, a psicanálise, com análise das implicações legais, em abordagem original que responde à reflexão feminista.

O livro *La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement* consta de sete capítulos, além da introdução e da conclusão. O autor pretende tratar o objeto "aborto" com distanciamento, em abordagem no domínio da sociologia moral. Seu primeiro objetivo teórico é considerar o problema da separação entre o que se sabe de modo oficial e de modo oficioso, um conhecimento tácito a respeito de que se abrem os olhos e se fecham os olhos em momentos diferentes. O segundo objetivo teórico é fazer a convergência de três abordagens distintas: 1) esboçar uma gramática do engendramento revelada pelo aborto, especificando os constrangimentos sobre a confecção de novos seres humanos, nas dimensões contraditórias dos dispositivos sociais

que enquadram a geração; 2) analisar a experiência das pessoas; 3) uma terceira abordagem de caráter histórico sobre os dois constrangimentos na dimensão antropológica. A pesquisa na França foi trabalho em equipe: observação em serviços de ginecologia recolhendo dados no atendimento de cem usuárias. Houve entrevistas em profundidade com mulheres que abortaram, e com profissionais dos serviços e médicos participantes do movimento de legalização. Levantaram-se a iconografia de imagens da vida fetal e a documentação em diversos domínios das ciências sociais.

O primeiro capítulo aborda as dimensões antropológicas do aborto, uma prática conhecida e difundida em todas as sociedades. O aborto coloca para a sociologia duas questões: a primeira acerca da legitimidade (geralmente é reprovado em princípio e tolerado na prática, pertencendo ao domínio do oficioso); a segunda relaciona sua generalidade e visibilidade (embora conhecido e freqüente, o aborto é raramente representado). Essas duas propriedades (a ambigüidade quanto à normatividade e a recusa da representação) estão relacionadas a tensões acerca do engendramento: para sua inserção em sociedade os seres humanos são objeto de um processo de singularização. O estabelecimento de relações de parentesco e a singularização dos indivíduos são acompanhados do processo de desacoplamento do engendramento e da sexualidade, esta orientada para o prazer ou para a reprodução. O modelo de engendramento tem dois aspectos: a possibilidade de se desfazer de seres humanos resultantes da relação sexual é condição da criação de novos seres humanos inscritos na carne que são retomados simbolicamente e adotados para se tornar singulares; a destruição dos fetos engendrados é ato problemático, transgressivo e difícil de legitimar.

O segundo capítulo esboça o modelo (gramática) de engendramento do qual emanam os dois constrangimentos principais. A abordagem é construtivista, perguntando os pontos mínimos exigidos para fazer seres humanos: 1) o pertencimento à espécie humana; 2) seres arranjados em classes equivalentes de outros seres pertencentes à espécie humana; 3) seres singularizáveis. Tomando por referência a antropologia social, Boltanski afirma que a diferença que faz os humanos está em considerá-los humanos pela carne (nascido de mulher a partir de relações sexuais) e humanos pela palavra (reconhecidos em sua humanidade por

rituais que os inserem nos coletivos). A singularização ou confirmação pela palavra permite a existência de várias classes de indivíduos sem confundir-los. Exemplos de seres humanos pela carne e não pela palavra estão nas situações de infanticídio e de escravidão. O autor define dois constrangimentos do engendramento: 1) "é necessário que seja marcada a diferença entre seres engendrados pela carne e seres engendrados pela palavra" (p. 69); 2) "os seres pela carne não podem ser distinguidos dos seres pela palavra, de sorte que não se deve fazer os primeiros sofrerem um tratamento que não se quereria fazer os segundos sofrerem" (p. 80). O primeiro constrangimento se relaciona ao processo de confirmação da humanidade pela mãe do ser vindo na gravidez, o que desencadeia o processo de singularização. Seres não confirmados seriam substituíveis porque não singularizados como nas situações do infanticídio e do aborto. Esse raciocínio estabelece uma concepção dualista de humanidade que contraria as teorias da justiça representadas no segundo constrangimento: a não-discriminação entre os seres. Há contradição entre os dois constrangimentos. O autor problematiza a noção de humanidade comum, estabelecida pelo segundo constrangimento. Enquanto o primeiro constrangimento adota o ponto de vista da mãe, o segundo adota o ponto de vista do observador externo que coloca o problema da similitude dos seres e da desigualdade de seu tratamento.

O capítulo 3 trata dos arranjos: os dispositivos que permitem suavizar a tensão entre os dois constrangimentos ao organizar a relação entre sexualidade e engendramento. Nos arranjos, o poder da mãe é subordinado a uma autoridade superior que assegura a confirmação pela palavra do ser engendrado na carne. Ai se contrapõem a ordem do oficial e a ordem do oficioso, tendo hipocrisia e má-fé por propriedades estruturais. Há quatro arranjos: com o Deus Criador que pré-confirma o engendramento, estando a sexualidade a serviço deste; o arranjo doméstico com o parentesco que pré-confirma apenas crianças a nascer em legitimidade e dispõe homens e mulheres em posições diferentes e assimétricas; com o Estado-nação, que visa a gerar população de boa qualidade, fazendo da reprodução objeto de intervenção pública e eliminando entes inúteis para a sociedade. O Estado mostra autoridade sobre o engendramento, discriminando ou não o aborto segundo políticas populacionais.

O último arranjo é o tema do quarto capítulo: o projeto parental, esboçado durante mudanças sociais recentes no contexto social da legalização do aborto em diversos países. O autor formula esse arranjo com base nas justificativas para o aborto dadas pelas informantes. No projeto parental, também se dissociam engendramento e sexualidade, com ênfase na última, o que depende da eficácia dos métodos de contracepção. O aborto legalizado seria paliativo para as falhas da contracepção. O projeto parental constitui a instância supra-individual de pré-confirmação da criança a nascer: o engajamento dos genitores é condição para singularizá-la e inscrevê-la plenamente no mundo. A incidência do aborto dever-se-ia menos a falhas da contracepção do que a falhas no engendramento, quando este escapa ao quadro do projeto. Constatam-se três situações básicas: a gravidez acidental na ausência de projeto (sexo casual); o aborto como instrumento de um projeto diferido (projeto de gravidez no futuro); o projeto posto em xeque (divergência das intenções do casal diante da gravidez). Muitas vezes o companheiro recusa a gravidez, porém, quando a mulher decide pelo aborto, ela se justifica não apenas por dificuldades materiais ou por outros projetos, mas também pela insuficiência do genitor. Foram raras as respostas sobre o aborto como escolha autônoma e direito pessoal, ou de a mulher assumir a gravidez fora do projeto parental. O discurso libertário dos anos 60 decaiu no contexto da legalização e de surgimento do arranjo parental, em que o aborto permanece marginal e tem papel oficioso.

O capítulo 5 traz a construção de categorias fetais deduzidas do discurso dos informantes, de peritos e dos textos jurídicos. No arranjo parental, há engendramento com características opostas: valoriza-se o feto autêntico integrado ao projeto parental, acompanha-se seu desenvolvimento e este é reconhecido como pessoa e destinado ao futuro, enquanto o feto tumoral não integrado ao projeto volta ao nada. O feto essencialista (do arranjo com Deus) se pretende fora da história, designado de naturalista, pois oriundo da ordem natural fundada no Criador. A autoridade da Ciência legitima sua singularidade a partir da dotação genética e das técnicas de imagem. O feto bárbaro (arranjo com parentesco) brota como vida animal fora do projeto, sem singularidade, ou resulta da dominação patriarcal. O feto totalitário (arranjo com o Estado) relaciona-se às políticas de população e à eugenia, com técnicas de diagnóstico pré-natal que permitem evitar nascimentos mediante o

aborto terapêutico. Os meios tecnológicos como a reprodução assistida e os dispositivos jurídicos criam novas categorias, ao estabelecer direitos do feto dentro do útero, ou cirurgias fetais. A categoria de tecnofeto surge do desenvolvimento tecnológico como embriões congelados da fertilização *in vitro*. O debate sobre o estatuto legal do embrião fora do corpo relaciona-se às fronteiras da humanidade. Desestabiliza-se a distinção entre o feto autêntico e o tumoral com o advento do tecnofeto, e da visualização dos fetos no útero por tecnologias de imagem e no uso de fotografias por grupos anti-aborto. Os conflitos envolvendo o feto e as tecnologias que o tornaram acessível aos sentidos permitiram sua entrada na sociedade. Desconstrucionistas contestam a crença no feto em si dotado de atributos permanentes e o mostram como ser histórico e social. Boltanski propõe a abordagem construcionista a partir de categorias seguindo os delineamentos da língua e as construções metafísicas da cultura. O feto tumoral corresponderia à categoria aristotélica de acidente e à contingência; o feto autêntico, à virtualidade e ao projeto; e o tecnofeto à potência da humanidade questionada.

O enfoque sobre a justificação do aborto encontra-se no capítulo 6. Com base na filosofia moral anglo-saxônica, examina-se: o estabelecimento de leis de despenalização, a tentativa de fazer do aborto legalizado um direito e a busca de sua legitimação moral. No momento de despenalização, a colocação do aborto no espaço público transgrediu a separação entre as dimensões oficiais e as oficiosas dos arranjos do engendramento que são questionados. Mudou o regime político do feminino. Apaga-se a cidade doméstica (cf. *De la justification*), a ordem política apoiada nas formas de subordinação associadas ao modelo do parentesco, com cadeias de dependências pessoais. A crítica ao mundo doméstico se estende aos poderes institucionais, e desemboca na apologia da autonomia e da realização de si. As leis de despenalização do aborto na França e nos Estados Unidos tratam ambigualmente o feto. Definir se o feto é ou não pessoa constitui o eixo da discussão sobre a possibilidade de opor os direitos da mulher e do feto. No debate filosófico, constrói-se o feto a partir de sua substância ou a partir de sua relação com a mãe. Na concepção do feto como substância, o autor limita-se a descrever posições que atribuem ou negam ao feto uma substância própria. Há posições de caráter gradualista debatendo a etapa a partir da qual o embrião se torna pessoa,¹ ignoradas no livro. Boltanski

descreve abordagens utilitaristas que propõem a distinção entre pessoa e ser humano, ou que calculam o valor moral dos entes. Outros argumentos enfocam a relação do feto com a mãe na comparação do feto a um intruso, e no reconhecimento do feto como condição do direito à vida. As posições desconstrucionistas das ciências sociais questionam o "naturalismo", que trata como oriundas da natureza crenças e práticas pertinentes a arranjos sociais variáveis. Para Boltanski, o principal problema nesses esquemas de argumentação é a desqualificação da noção de humanidade comum. Os filósofos morais esqueceram a experiência de sofrimento das mulheres no aborto, o que remete à abordagem jurídica em termos do mal menor.

O capítulo 7 aborda a experiência do aborto. Enquanto as filosofias feministas enfatizam o sofrimento da mulher e contestam a concepção liberal que contrapõe os direitos da mãe e os do feto, Boltanski conclui que as categorias que organizam o discurso político ou moral sobre o aborto são pouco úteis para compreender o que as entrevistadas dizem. Elas não se separam como sujeito autônomo do outro ser distinto em seu corpo. O autor desenvolve um modelo de inspiração freudiana. As informantes manifestam tensão entre diferentes vontades: vontade da carne (ligada à instância do Si, à experiência da carne grávida, inscrita no presente), vontade de domínio (ligada à instância do Eu, ao projeto, dirigida ao futuro) e vontade de legitimação (ligada à instância da justificação, à explicação, retrospectiva). A gravidez ocorre entre plenitude e inquietude, e há ambivalência no conflito entre vontade de domínio e vontade da carne. No projeto, conferem-se ao feto estatutos diferentes: o autêntico que vai nascer ou o tumoral, sem futuro. A vontade de legitimação explica circunstâncias e dá sentido à ação em três registros observados: segundo a vontade (lógica do projeto), a necessidade diante de circunstâncias externas e correspondências entre

fatos. A carne não faz diferença entre fetos, por isso é difícil realizar a vontade de domínio. Fazer filhos com seres inscritos na carne, ou se desfazer deles recusando o reconhecimento pela palavra, jamais esteve completamente sob o império do "Eu" e da vontade de domínio.

Que razões para fazer o aborto desaparecer? Fecham-se os olhos ao aborto por ser uma ação orientada pela lógica do menor mal. Os contrários querem proibição e repenalização do aborto, que retornaria à clandestinidade. Os favoráveis o encobrem ao propor sua "desdramatização" como ato banal, posição pouco sensível ao sofrimento das mulheres, tachado de feminilidade dependente da maternidade. Na ausência da dimensão trágica de se desfazer do engendrado, há a questão de definir as fronteiras da humanidade. O aborto é objeto de conflito por expor tensões inerentes ao engendramento, reveladas como contradição. O problema da condição humana subjaz às perguntas sobre engendramento e condição fetal.

A análise de Boltanski desafia estudos de gênero e movimentos feministas que, na defesa de bandeiras políticas, afastam-se da percepção das mulheres não militantes. O aborto se mantém na sombra mesmo nos países onde é legalizado, o que remete aos sistemas de engendramento e à condição de pessoa, um contexto do qual fazem parte as técnicas de imagem fetal, a produção dos tecnofetos, o aparato jurídico e a experiência das mulheres.

Nota

¹ Cf. Tânia SALEM, 1997.

Referência bibliográfica

SALEM, Tania. "As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa". *Mana*, v. 3, n. 1, p. 75-94, 1997.

Naara Luna ■
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A regra secreta

Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre a antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.

SEGATO, Rita.

Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. 264 p.

A riqueza do conjunto de ensaios que compõem o livro de Rita Laura Segato reside no grande fôlego teórico e na força crítica da autora, que resultam de sua honestidade intelectual insubmissa. Já o título da obra, *As estruturas elementares da violência*, explicita o reconhecimento da presença do sistema clássico de Lévi-Strauss na construção de sua teoria, o que não impede que a autora – mantendo diálogo aberto com a tradição – reinvente as possibilidades de aplicação do método estruturalista.

Lévi-Strauss descreveu os fundamentos da cultura humana através de um estudo minucioso dos sistemas de parentesco em que descobre a universalidade da proibição do incesto, que se realiza através da troca de mulheres entre os grupos. Trata-se, segundo o autor, da Lei Primordial, que permitiu a passagem dos humanos do estado de natureza para o estado de cultura. Se a história da espécie tem início na exigência de buscar alianças fora do grupo e essas alianças se constituem na medida em que as mulheres são trocadas, a história do gênero não tem distinção com relação à história da espécie.

Nesse ponto intervém a sutileza da argumentação de Rita Segato. Embora a autora concorde com a realidade da confusão entre as histórias – de gênero e espécie – é capaz, no entanto, de criar um lugar, deslocar a “casa vazia” da estrutura, a partir de onde desentrelaça as duas temporalidades e vê as duas histórias correndo paralelas. Com esse procedimento, aponta o que Lévi-Strauss não viu: o ato de violência que funda o sistema de trocas dessa forma instituído. No desvelamento desse ato de

violência, Rita dá um lugar decisivo à história do gênero na condução da história da espécie.

Com e contra o estruturalismo, a construção da argumentação de Rita Segato nos conduz ao núcleo mesmo da Lei: a hierarquia que surge nas relações entre os gêneros – hierarquia adocicada nas páginas de Lévi-Strauss, assim como nas de Lacan – constitui-se como forma paradigmática do poder. Ao ver o poder surgir primordialmente nas relações entre os gêneros e estender-se às demais relações sociais, a autora fornece um modelo que dá visibilidade às diversas formas de usurpação, seja em termos étnicos, de classe, de organização das regiões e das nações, etc.

A teoria da usurpação “primeva” é sofisticada. Trata-se de associar ao modelo estruturalista de Lévi-Strauss a dinâmica da violência. A estrutura, tão minuciosamente descrita pelo clássico da antropologia, na perspectiva de Rita Segato só se realiza e se sustenta através de uma violência cotidiana, que, por sua vez, só ganha visibilidade na medida em que é analisada como elemento da estrutura geral. Os dois eixos da estrutura são, de acordo com Lévi-Strauss, o horizontal, correspondendo ao eixo das trocas, da circulação de dádivas e mercadorias; e o vertical, correspondendo às trocas conjugais e à progeneritura. Este último é condição de possibilidade para a constituição do primeiro. Analisado com as lentes da autora, o eixo vertical, formado por relações de hierarquia e graus de valor, permite ver uma rede de relações marcadas pela violência da cobrança de tributo. No caso específico do parentesco, que dá forma às relações de gênero, “o tributo é de natureza sexual”.

Tal noção de tributo dá um sentido pungente ao exercício de poder e ao fenômeno da violência, que a autora parece ter capturado de forma possivelmente definitiva: a ordem formada por pares, por iguais, depende da capacidade de cobrança de tributos que se faz na ordem dos desiguais, em que o outro passa a valer menos porque tem como carga a obrigatoriedade de pagar, de se doar ao extremo de poder vir a tornar-se vítima sacrificial. É como se a autora tivesse encontrado, entrelaçada a uma lei universal, uma regra do jogo que circula secretamente entre os pares, mas não é jamais explicitada, pois se constitui como crime à luz da lei.

Com esse modelo, é possível levar mais longe até mesmo os termos do mito da horda

primitiva de Freud. Se a entrada na linguagem pressupõe o crime dos irmãos, o assassinato do pai para garantir acesso às mulheres do grupo, aqui, ao mesmo tempo em que internalizaram a lei, os irmãos se tornaram cúmplices no estabelecimento de uma regra que compensa a lei. Enquanto esta interdita o crime, a regra partilhada pelos iguais os condena a perpetrarem a dominação exercida pelo pai sobre o corpo feminino, única forma de se manterem iguais. Ou seja, a lei universal, garantia da igualdade entre os irmãos, sustenta-se na regra do tributo, que vitimiza sacrificialmente os subalternos.

O paradigma desenhado por Rita Segato torna-se mais claro ainda quando a autora, no último capítulo do livro, refere-se ao femicídio que se pratica na fronteira do México com os Estados Unidos. Esses assassinatos de extrema crueldade cometidos contra jovens mulheres têm entre si características semelhantes, mas permaneceram e continuam insondáveis durante muito tempo, já que a suposição mais óbvia de crime de estupro não é capaz de iluminar o fenômeno. No entanto, a investigação atenta da autora revelou exatamente a existência da regra secreta das fraternidades mafiosas. Trata-se de realizar, diante dos pares – o eixo horizontal, no caso em questão, dos poderosos, dos traficantes –, uma demonstração de força, de poder, condição para que não sejam expulsos da confraria e passem a ocupar o lugar de subordinados na ordem hierárquica. Saltam aos olhos, então, as atrocidades cometidas em nome do equilíbrio instável da comunidade de pares na ordem patriarcal. Bem poderíamos aqui falar numa mais-valia de gênero. Se, do ponto de vista econômico, a injustiça social do capitalismo se revelou com a noção marxista de extração de mais-valia, n'As estruturas elementares da violência vê-se claramente quem paga o preço do ingresso e da sustentação nessa ordem *humana, demasiado humana*.

Ao colocar às claras essa regra secreta, Rita mostra em relevo aquilo que fica mais escondido pela estrutura patriarcal, o regime que a alimenta e a mantém, levando Lacan e Lévi-Strauss às

últimas conseqüências. Nas palavras da autora, “o tributo, rendido em um festim macabro, aqui coincide com a própria vida subalterna, e seu destino é dar crédito aos confrades para o ingresso ou a permanência na ordem dos pares. Neste sentido, esta nova modalidade de femicídio – o *femicídio mafioso* ou *femicídio de fratrias* – é a alegoria perfeita, o caso extremo e a concreção mesma do modelo que aqui apresento” (p. 255).

Intelectual argentina vivendo no Brasil há mais de vinte anos, Rita Segato desenvolveu a singularidade do seu *olhar antropológico* movida pela fina sensibilidade para com o *outro*: a partir do intenso contato com a tradição religiosa afro-brasileira do Recife, abriu-se a possibilidade de polimento do seu principal instrumento de trabalho – a lente do relativismo –, tornando-a apta a ver as relações de gênero ganharem novo movimento e uma nova estatura na construção de suas futuras análises sobre as relações de poder e sobre a violência. A autora faz questão de reconhecer essa dívida, ao dizer na introdução: “O culto Xangô do Recife foi minha grande escola de análise de gênero, o que me facilitou, mais tarde, a leitura da completa produção intelectual desta área de estudos e também a leitura da perspectiva psicanalítica lacaniana” (p. 18).

Longe de pretender resumir aqui o rico conteúdo dos artigos de Rita, quis-se indicar apenas o seu fio condutor, que testemunha a sua saudável desconfiança no mito da maioria do ser humano, associada, por outro lado, à sua aposta, apesar de tudo, em nossa capacidade de reflexão. Para além dos conteúdos transmitidos pela sua obra, a autora nos ensina, com sua inquietação, que é necessário deixar para trás a pergunta sobre se existe ou não um pensamento próprio na América do Sul. Em vez disso, ela constrói seu lugar de fala, marcado pela complexidade multifacetada da sua trajetória e, simplesmente, pensa.

Ondina Pena Pereira ■
Universidade Católica de Brasília

Por uma política da diferença e da identidade de gênero no esporte

Heroines of Sport: The Politics of Difference and Identity.

HARGREAVES, Jennifer.

London and New York: Routledge, 2000.
284 p.

Jennifer Hargreaves é autora de *Sporting Females: Critical Issues in the History and Sociology of Women's Sports* e *Outsiders in the Nation: Sport and Women on the Margins*, dentre outras obras. Seus trabalhos estão inseridos nas análises feministas, à medida que pesquisa a participação feminina nos esportes. O livro *Heroines of Sport: The Politics of Difference and Identity* é dividido em sete capítulos que abordam, de forma singular, a heterogeneidade das experiências femininas nos esportes. Mulheres originárias de diferentes grupos sociais, de distintas regiões do mundo, historicamente marginalizadas do esporte dominante, protagonizam no livro de Hargreaves conquistas notáveis e intervenções heróicas. Ao longo dos seis primeiros capítulos observamos as diferentes ações, articulações e relações de poder que envolvem grupos de mulheres negras da África do Sul, muçulmanas dos países árabes, aborígenes da Austrália e do Canadá, atletas lesbianas e atletas portadoras de deficiência física. No capítulo sete as lutas se integram em manifestações organizadas de "mulheres nos esportes", ilustradas na evolução do Movimento Desportivo Feminino Internacional.

A autora fundamenta-se em três grandes pilares: nos estudos culturais, direcionados para a análise crítica das práticas, experiências e instituições culturais e das experiências no cotidiano; nas teorias feministas, que problematizam a desnaturalização dos corpos, a performatividade dos gêneros, a sexualização das identidades e a biologização das mulheres e servem como marco conceitual para discutir corpo, identidade, sexualidade, diferença e performatividade; e na sociologia do esporte, que funda a relação entre poder e cultura. Também, irmana-se aos debates sobre identidade política

e política da diferença nas sociedades capitalistas, pós-colonialistas e pós-modernas. Na área dos Esportes e da Educação Física esse movimento começa a ganhar forma, sendo possível falar de uma produção teórica sobre as questões das mulheres ou de gênero, embora nem sempre as teorias feministas sejam apontadas como fundamento epistemológico para tais discussões, talvez pelo tom pejorativo que o termo "feminismo" assumiu atualmente, conforme reclama a historiadora feminista Tânia Navarro-Swain.

O capítulo dois, "Raça, política e gênero", é sobre as lutas e as conquistas das mulheres no esporte na África do Sul, durante e após o *apartheid*, que deixou legado difícil de superar, no imaginário coletivo, da superioridade branca, européia, masculina, que tinha todas as facilidades para o esporte. As mulheres negras eram e são duplamente oprimidas: pelo sistema e por seus maridos, sem nenhuma oportunidade de adesão à prática esportiva. A educação separada instilava o racismo, enquanto o esporte separado na escola instilava o sexismo. Na prática, o esporte era coisa para os homens, mas sobretudo para os brancos. O conselho sul-africano de esportes, de 1973, foi a primeira entidade esportiva não racista a defender que não há esporte normal numa sociedade anormal. Mas mesmo aí o esporte era coisa de homem. As mulheres eram tratadas como objetos sexuais no esporte sul-africano, o esporte feminino era trivializado, havia pequena parcela de mulheres em postos decisórios, a não ser em esporte exclusivamente feminino. Na luta pela sobrevivência do esporte, elas desempenhavam, ao mesmo tempo, o papel de atletas, treinadoras, árbitras, administradoras e preparadoras físicas. Como ícone da resistência e do empreendimento destaca-se a carateca Petronella Kleinsmidt, grande mãe do caratê na África, um exemplo de como negociar com idéias e estruturas dominadoras para participar no esporte. A opressão contra as mulheres negras e pobres naturalizava-se nas experiências do cotidiano, sendo raça e etnia consideradas categorias biológicas. As mulheres africanas somam 72% de todas as mulheres acima dos 18 anos. O fim do *apartheid* aumentou a feminização da pobreza,

ao permitir a mobilidade das áreas rurais para as urbanas. As prioridades são tantas que o esporte fica num nível muito baixo de interesse.

O terceiro capítulo responde à pergunta "Mulheres heróicas islâmicas, shorts ou véus?". Concentra-se sobre mulheres ícones dos países islâmicos do Oriente Médio e norte da África, desde a aplaudida marroquina Nawal El Moutawael, primeira medalha de ouro do continente africano, nos Jogos de Los Angeles, 1984, até a argelina Hassiba Boulmerka, vaiada em 1992, ao retornar de Barcelona, onde brilhara nos 1.500 metros. Elas foram estrelas, mas não têm seguidoras. Para as mulheres muçulmanas as duas representam a liberdade, mas para a maioria dessa população é impróprio, para mulheres, participar de esportes vestidas de modo a mostrar partes do corpo. Se para o Ocidente as duas são heroínas, para os conservadores islâmicos são decadentes e pecadoras. Logo, a luta sobre seus corpos tem dimensões religiosas, políticas locais e globais, numa cultura relativamente homogênea, com 1,3 bilhão de pessoas apoiadas no islamismo, a religião que mais cresce no mundo depois do movimento de ressurgimento nos anos 1970. O movimento, dirigido por teólogos, contra a ocidentalização dos costumes regula a vida social e atinge o esporte, considerado produto ocidental e, sobretudo, as mulheres que o queriam praticar. Predomina a tendência fundamentalista contra a mudança, a favor da estabilidade. As crenças islâmicas se transformaram em bandeiras políticas contra o americanismo, símbolo do Ocidente. As mulheres são consideradas as guardiãs da identidade, dos valores culturais e religiosos, da pureza do sangue. Logo, toda a atenção se volta para mantê-las dentro de casa, na perpetuação e aperfeiçoamento do islamismo. A situação varia de país para país, desde a proibição à prática de esportes e a negação do direito de estudar, até a obrigação de ter mulheres em todas as organizações esportivas. O corpo da mulher muçulmana deve ser modesto, estar coberto, sem exibição. Há avanços e recuos na liberdade de a mulher vestir-se e divertir-se; as normas variam, da abertura à censura. A idéia de que o islamismo é uma religião de balanço e equilíbrio ajuda as feministas a lutarem pelo direito de as mulheres praticarem esportes, fortalecerem o corpo, para serem melhores esposas e mães. A luta pelos direitos de equidade, mais do que igualdade, soa positiva para feministas como Faezeh Hashemi. Em 1991, o Irã realizou o I Congresso de Solidariedade entre as Nações Islâmicas para Mulheres, com orientações para não misturar

mulheres e homens, e manter a pureza feminina. As mulheres de alguns países competiram com as roupas da cultura, incluindo véus. As competições femininas não podem ter torcida masculina. Uma das poucas saídas para as mulheres islâmicas lidarem com a pressão das ideologias políticas e religiosas é criar organizações específicas, mas sempre dentro das leis do Corão, pois as pressões fundamentalistas podem voltar, em cada país, a qualquer momento, e reverter o quadro de liberdade relativa conseguido pelas mulheres. E a difícil e polêmica alternativa de Boulmerka, de conciliar as tradições ocidentais do esporte e a doutrina religiosa, não chega a formar uma corrente (p. 65). Entretanto, representa uma alternativa para as mulheres de serem sujeitos de sua própria história, e não apenas objeto das representações sociais das autoridades políticas e religiosas de seus países. Ao final do longo capítulo, sobressai uma questão: as mulheres esportistas islâmicas são sujeitos de suas trajetórias, ou objeto da opressão de ideologias políticas e religiosas? A resposta, prudente, da autora é que a pergunta é complexa demais, são muitos os ângulos sob os quais pode ser respondida, e que, ao fim e ao cabo, as mulheres islâmicas avançam, criam colégios para a formação de mulheres no universo do esporte, fundam seus clubes, dirigem suas entidades, começam a participar de competições internacionais e a ter assento no Comitê Olímpico Internacional.

O capítulo quatro responde a outra pergunta intrigante – "mulheres indígenas esportistas: heroínas de diferença, ou objetos de assimilação?". Tem como foco as mulheres nativas da Austrália e do Canadá, de várias procedências, membros do "Quarto Mundo". O processo de invasão pelos colonizadores europeus e de perda de suas terras e culturas começou, como no Brasil, por volta de 1500. Como aqui, os nativos foram considerados selvagens, inferiores. Os esportes indígenas eram masculinos, femininos ou comuns aos dois gêneros. O capítulo é muito específico, ao detalhar as lutas e as conquistas das mulheres nativas dos dois países. O mapa rico de contrastes e de preconceitos das mulheres brancas contra as nativas, o esforço de construção política, a manifestação das lutas pela igualdade de direitos que se verifica nas associações de mulheres, as conquistas com que vêm marcando sua trajetória, tudo isso pode e deve ser transferido para a organização de movimentos de emancipação das mulheres indígenas em outros países e contextos. Comparativamente ao que Hargreaves

nos apresenta na Austrália e no Canadá, cabe constatar que o Brasil está nos primórdios, pois temos os jogos indígenas, mas não vemos participação expressiva das mais de 100.000 mulheres índias na cena esportiva brasileira.

No capítulo cinco, "Lesbianas nos esportes: símbolos heróicos da libertação sexual", a autora mostra como o discurso da homossexualidade, vinculada à doença e à perversão sexual, no século XIX, bem como a criação de definições essencialistas e médicas sobre *gays* e lesbianas nos anos 60, refletiu-se na discriminação social em face da definição sexual. Prova que o movimento de libertação *gay* dos anos 60 repercutiu na identidade política de *gays* e lesbianas, construiu categorias para constituição de uma identidade compartilhada e formada a partir de uma posição política, de luta em prol do segmento minoritário. Discute as bases do movimento, visita a teoria *queer* dos anos 90, responsável pela crítica da noção de centro, pelo questionamento das identidades fixas e das sexualidades múltiplas. Refere Judith Butler, que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, com novas concepções de sexo, sexualidade e gênero. Analisa o caráter performativo dos corpos *gays* e lesbianos que, em suas aparições, exibem a encenação de si mesmos.

A autora aponta a visibilidade como arma contra a homofobia, com o argumento de que, quanto maior for o contato entre os grupos de lesbianas, menor será o preconceito. Diz que atletas de elite, visíveis, criam imagens positivas das lesbianas, a exemplo de Martina Navratilova, que advogou em favor das lesbianas e se opôs à discriminação, tornou o pessoal político e transformou sua identidade lesbiana em identidade política. Cita também Mauresmo, tenista francesa, descrita pela imprensa como "mulher macho" por seu porte físico musculoso, que hoje assume nova visibilidade no cenário das discussões *queer*. A visibilidade do corpo *queer* assume um valor político nos eventos internacionais. As identidades lesbianas são construídas e reconstruídas, enfrentam-se nos jogos, que têm efeito de performatividade, em que o corpo é adornado e se torna espetáculo.

Jennifer apresenta o esporte *gay* como expressão de uma identidade compartilhada em movimentos internacionais. A criação de entidades como a Federação Europeia de Esportes *Gays* e Lesbianos abre um novo campo de lutas pelos direitos sociais de lesbianas, *gays*, transexuais e travestis. As federações organizam campeonatos internacionais, como os Jogos *Gays* e os Eurogames, que promovem o auto-respeito

e a cultura da inclusão, como é o exemplo da participação de heterossexuais e de lesbianas e *gays* advindos de países com leis homofóbicas. Ela critica a importância dada ao sexo durante a 5ª edição dos Jogos *Gays*, realizados em Amsterdã, em que o esporte e a performance dos/das atletas ficou em segundo plano. A autora conclui que cada lesbiana é um fragmento heróico de uma grande luta: como o ato de visibilidade é um desafio à heterossexualidade compulsória, as atletas lesbianas vivem em tensão entre sua integração social e sua lesbiandade.

O capítulo seis é sobre mulheres mutiladas ou deficientes: construindo habilidade. Enuncia-se o preconceito associado às portadoras de necessidades especiais como as cegas, surdas, amputadas, portadoras de lesões de diferentes tipos. As mulheres desse segmento são focalizadas com atenção para seu esforço de superação, de coragem e determinação, em lutar contra o preconceito e se afirmar nos jogos, vindo a triunfar nos esportes para-olímpicos. A autora mostra como se criaram associações, clubes, ligas e federações de portadoras de necessidades especiais. Mais uma vez, deixa claro que seu projeto é pró-ativo, pois destaca as lutas pela igualdade dos direitos. Mostra que nos países em desenvolvimento vivem 80% das mulheres mutiladas ou deficientes, que não têm oportunidades de lutar para superar a desnutrição, muito menos para ingressar no esporte. Focaliza também os projetos de construção da identidade.

No capítulo sete, intitulado "Lutando por uma nova ordem no mundo: o Movimento Desportivo Feminino Internacional", descrevem-se o surgimento e o crescimento da organização internacional de mulheres nos esportes e na educação física, as redes de relações entre lideranças e grupos e o empoderamento das mulheres atletas no cenário internacional. Suas lutas e conquistas foram aparecendo lentamente. Cita a primeira organização internacional para mulheres nos esportes e na educação física, que surgiu em 1940, com líderes em sua maioria brancas, ocidentais, da classe média, que não representam as mulheres marginalizadas e desprivilegiadas. Crítica o potencial transformador do feminismo desportivo global, que tende a consolidar as relações de poder existentes, colocando em dúvida a discussão da representatividade e empoderamento de grupos minoritários.

A Associação Internacional de Educação Física e Esportes para Mulheres e Jovens e Adultos, fundada em 1949, por Dorothy Ainsworth, dos

Estados Unidos, tornou-se a primeira organização internacional composta por mulheres preocupadas com os valores da educação física e esportes na vida das mulheres, sem conseguir representatividade nos países em desenvolvimento. Como reação, surge a Organização de Esportes Femininos Internacional com o lema: "pense global, aja de modo global". Em 1994 aconteceu 1ª Conferência Internacional sobre Mulheres e Esportes, na Inglaterra, de onde saiu a Declaração de Brighton, cujo objetivo era promover uma cultura desportiva que possibilitasse e valorizasse o total envolvimento das mulheres em todos os aspectos dos esportes. A 2ª Conferência sobre Mulheres e Esportes realizada em 1998 em Windhoek, Namíbia, e o surgimento do Grupo de Trabalho Internacional sobre Mulheres e Esportes (GIT) marcaram a expansão do movimento. Na 3ª Conferência Mundial sobre Mulheres e Esportes, em 2002, discutiram-se dois níveis de neocolonialismo. O primeiro abrange as relações de poder entre dominantes e subordinados, e o segundo agrega relações de poder entre mulheres ocidentais dominantes e as do mundo em desenvolvimento. A iniciativa desses eventos é promover o debate internacional sobre a participação feminina nos esportes e a inclusão social, com o grande desafio de integrar as nações em uma só luta: a efetiva política de desenvolvimento do esporte para as mulheres.

Hardgreaves aponta como desafios para a mudança: a formação de alianças com grupos representativos de minorias e grupos oprimidos em diferentes países e regiões; questões de democracia e representação, cruciais para o movimento se tornar global e inclusivo; a construção de pontes com o movimento político feminista e com o feminismo acadêmico. Fruto do desenvolvimento do movimento internacional para o esporte feminino, o discurso sobre o esporte foi substituído por um discurso da "Atividade física saudável e estilo de vida recreativo e ativo" para mudar o foco do esporte formalizado, elitizado e competitivo, bem como

para abranger as atividades recreativas, mais próximas da grande maioria da população. Outra questão foi não apenas reconhecer as experiências femininas de países desenvolvidos, mas também envolver as mulheres de todo o mundo. O feminismo desportivo global é definido pela diferença e requer linguagem estratégica que compreenda essas diferenças. Para Hardgreaves, o futuro está na união e o segredo na solidariedade feminista.

Os capítulos da obra apresentam uma nova perspectiva do esporte feminino, como arma de construção da identidade das mulheres, como individualidades e como membros de seus grupos de referência. A autora insiste em que na diferença reside uma força indomável, quando aproveitada e focalizada. Mostra que é complexa e difícil a tarefa de conscientizar e emancipar, e que os movimentos auto-sustentáveis avançam, progredem, novas conquistas se verificam a cada dia, em um contexto em que homens e mulheres devem articular-se, construir a ponte para a igualdade de oportunidades. A acessibilidade é uma utopia em várias partes do mundo e em várias manifestações da cultura humana. Entretanto, não encontramos, no vocabulário de Jennifer Hargreaves, a palavra impossível.

À semelhança de Elisabeth Badinter, ela aponta, com lucidez, as conquistas já efetivadas, as que estão em curso e as que se podem sonhar e postular. Sua descrição é densa, sua exemplificação é farta, com ícones da emancipação apresentados e radiografados em cada uma das vertentes representadas pelos diferentes capítulos. Trata-se, pois, de uma obra fundamental para os movimentos políticos e acadêmicos centrados nas injustiças e nos desafios de gênero.

Patrícia Lessa ■
Universidade Estadual de Maringá

Sebastião Votre ■
Universidade Gama Filho

Linguagem e gênero: a construção discursiva de identidades sociais

Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos.

HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana C.; FIGUEIREDO, Débora.

Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 234 p.

Os estudos sobre linguagem e gênero social foram inaugurados na década de 1970 com a publicação de *Language and Woman's Place*.¹ Nesse livro, Robin Lakoff argumenta que as mulheres têm um estilo conversacional que privilegia a cooperação, a afiliação e a deferência entre as/os interagentes, o que as desempodera em interações com homens que primam pela competitividade e poder em sua forma de falar. Esse livro causou grande comoção na academia estadunidense. Houve os que o consideraram trivial e sem relevância empírica – mais uma manifestação da histeria feminista. No entanto, houve igualmente um grande interesse de acadêmicas/os que valorizaram (ou contestaram) os argumentos de Lakoff e lançaram o campo de estudos sobre linguagem e gênero. Desde então, pesquisadoras/es, em sua grande maioria do mundo anglo-saxão, têm elaborado estudos com a intenção de esclarecer como a linguagem relaciona-se com o gênero social. Esse campo de estudos já conta com publicações em periódicos internacionais, livros e até mesmo programas de graduação e pós-graduação dedicados à pesquisa sobre a construção discursiva do gênero.

No Brasil, a publicação de *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos* pode ser considerada o marco que, felizmente, pode atrair maior atenção da academia brasileira para os desafios apresentados por esse campo. Viviane Heberle (UFSC), Ana Cristina Ostermann (UNISINOS) e Débora de Carvalho Figueiredo (UNISUL) organizaram um livro instigante que reúne artigos

de várias/os estudiosas/os filiadas/os a instituições brasileiras que têm se preocupado com a construção discursiva de gênero social. Essas/es pesquisadoras/es compreendem gênero como “uma categoria socialmente construída” que é, assim “colocada num *continuum* que interage com outras variáveis sociais, tais como grau de instrução, etnia, posição religiosa, etc.” (p. 9). As organizadoras afirmam que a “atualização ou operacionalização de gênero em suas relações com a linguagem não pode ser entendida como monolítica e universal” (p. 9) e, seguindo essa perspectiva, nos apresentam textos que exploram a complexidade das relações entre gênero e linguagem em uma plêiade de contextos socioculturais.

O livro nos apresenta com nove artigos distribuídos em três seções temáticas. As quatro pesquisas que constroem a primeira seção, intitulada “Gênero, interação e trabalho”, estruturam suas análises dos microdetalhes interacionais sobre preceitos da Análise da Conversa, da Sociolinguística Interacional e/ou da Pragmática.

Ana Cristina Ostermann inicia o bloco com uma perspicaz análise de detalhes microetnográficos de interações em duas organizações formadas por mulheres: uma delegacia de defesa da mulher (DDM) e um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher (CIV-Mulher). Ao investigar os aspectos interacionais de 26 primeiros encontros de mulheres vítimas de violência com essas instituições, a autora observa que os estilos conversacionais das mulheres da DDM e do CIV-Mulher diferem grandemente. Na DDM, as policiais adotam uma forma de falar empoderada e não afiliativa, o que prejudica a preservação da *face* (imagem pública positiva)² das vítimas. No CIV-Mulher, as feministas, ao contrário, constroem interações mais igualitárias e cooperativas. Assim, Ostermann chama a atenção sobre diferenças “*intragênero*” (p. 16). Com seu estudo, a pesquisadora problematiza definições essencialistas sobre as formas de falar de mulheres, sugerindo que generalizações à la Lakoff não se sustentam na delegacia da mulher investigada. Segundo Ostermann, gênero não pode ser compreendido como molde para padrões interacionais. Os estilos conversacionais

devem ser entendidos como resultados de vários atravessamentos socioculturais (como classe, grau de instrução, orientação ideológica, etc.) provenientes das comunidades de práticas nas quais os indivíduos circulam.

Igualmente analisando variações *intragênero*, Maria do Carmo de Oliveira, Liliana Cabral Bastos e Elizabeth Barroso Lima investigam a construção discursiva da identidade empreendedora de uma imigrante portuguesa no Rio de Janeiro. Ao analisar as histórias de vida de sua entrevistada, as pesquisadoras põem sob escrutínio os tópicos conversacionais e as qualificações utilizadas pela imigrante para a construção de sua identidade como mulher de negócios bem-sucedida. Segundo as autoras, sua entrevistada mescla padrões de gênero em sua narrativa e “íntegra, em sua identidade feminina, competências e atributos tradicionalmente reconhecidos como típicos de homens empreendedores” (p. 53). Dessa forma, a fala da mulher empreendedora parece ser moldada por valores e comportamentos masculinos que agregam *status* a sua posição no mercado de trabalho.

No terceiro artigo desse bloco, Neiva Maria Jung mostra como aspectos simbólicos de interações em uma sala de aula de uma comunidade multilíngue (alemão/português/brasileiro) paranaense evidenciam construções sociais produzidas em outras práticas situadas na comunidade. Jung observa, ao efetuar uma análise microetnográfica das interações na sala de aula investigada, que uma identidade feminina empoderada é construída na 1ª série. A professora dessa turma privilegia o acesso das meninas aos turnos de fala, dando a elas mais oportunidades ao letramento em português ali construído. A pesquisadora indica que o uso do português é visto como índice de sofisticação e urbanidade, sendo preferido pelas mulheres por lhes conferir *status* na comunidade. Os homens, por sua vez, como trabalhadores rurais, ainda mantêm o uso do alemão, índice de uma identidade local de colono. Com isso, Jung verifica que “a orientação atual das mulheres (+ letrado e – rural), associada a outros fatores sociais, constitui uma nova identidade de gênero nessa comunidade” (p. 87).

O último artigo do bloco investiga estratégias de manutenção do poder de uma ex-chefe em uma reunião empresarial com o novo chefe do departamento. Maria das Graças Dias Pereira analisa contextual e interacionalmente questões relacionadas à diretividade e à indiretividade em atos de comando utilizados pela ex-chefe.

Centrando sua atenção sobre como essa mulher formula pedidos, instruções e recomendações, Pereira observa que ela utiliza estratégias discursivas heterogêneas, mesclando indiretividade (associada ao estilo de fala feminino) e diretividade (tradicionalmente ligada ao estilo masculino) de acordo com seus objetivos interacionais. Quando a ex-chefe dirige-se ao atual chefe do departamento, ela emprega estratégias de domínio e tomada de turnos para deter o piso conversacional, permitindo ao seu atual chefe pouco acesso ao poder construído na reunião. Ao falar com os funcionários, a ex-chefe produz uma gradação dos atos de comando, mitigando seu poder. Assim, essa mulher constrói suas identidades de forma colaborativa e competitiva, integrando estilos conversacionais femininos e masculinos para a manutenção de seu *status*.

A segunda seção, “Gênero e mídia”, reúne textos que investigam a construção e a representação do gênero em discursos midiáticos. Os enfoques teórico-metodológicos centram-se na Análise Crítica do Discurso, no Socioconstrucionismo, na Linguística de *Corpus* e nos Estudos de Gêneros Textuais.

“Falta homem até pra homem”, por Luiz Paulo da Moita Lopes, é o primeiro texto desse bloco. Ao efetuar uma análise das escolhas multimodais de uma matéria publicada no jornal popular carioca *O Dia*, o autor demonstra como a ordem do discurso da mídia “constrói uma determinada compreensão da masculinidade hegemônica, fazendo circular certas verdades sobre o que é ser homem” (p. 139). O pesquisador observa que, para defender seus argumentos, a autora do texto jornalístico utiliza escolhas discursivas que tomam a masculinidade hegemônica como identidade *default*, considerada como ponto de partida para a descrição de outras identidades. Com isso, Moita Lopes indica que “a ordem do discurso da mídia [...] atua na construção de uma visão essencializada das identidades sociais (gênero e sexualidade), operando na direção contrária dos grandes questionamentos que estão sendo feitos sobre a homogeneidade das experiências humanas” (p. 149).

No segundo artigo desse bloco, Leandro Lemes do Prado e Désirée Motta-Roth investigam as relações interpessoais e a comodificação do sujeito em anúncios pessoais (AP) eletrônicos escritos por homens homoeróticos com o objetivo de encontrar parceiros. Autor e autora analisam 63 APs em língua inglesa e centram sua atenção nas escolhas léxico-gramaticais efetuadas pelos

anunciantes que revelam o que cada um procura. Em sua análise, Prado e Motta-Roth identificam deferentes perfis do grupo de anunciantes estudado. Os perfis verificados nos APs incluem os cautelosos, os misteriosos, os românticos explícitos, os românticos implícitos e os ousados. Autor e autora indicam que os APs analisados focalizam diferentes interesses afetivo-sexuais, produzindo relações interpessoais de compra e venda entre os anunciantes e os possíveis leitores.

Aleksandra Piasecka-Till, no último artigo desse bloco, problematiza a questão do sexismo e da linguagem politicamente correta em um estudo lexical que investiga o Bank of English do Colins Birmingham University International Language Database (COUILD).³ A autora põe sob escrutínio as escolhas lexicais registradas no *corpus* para produzir o conceito de politicamente correto. Com uma apurada busca computacional pelo COBUILD, Piasecka-Till verificou a ocorrência dos termos *sexism*, *politically correct* e *political correctness* na sociedade de língua inglesa. Com isso, pôde verificar que a mídia cria campos semânticos negativos para envolver o conceito de politicamente correto. A autora argumenta que, com a inclusão de tal conceito em uma esfera semântica negativa, a sociedade de língua inglesa menospreza seu valor e mascara agendas institucionais.

Finalmente, a terceira seção nos apresenta dois artigos que centram suas análises na construção social de gênero em contextos diversos: discursos públicos sobre a violência contra a mulher e bares que transmitem jogos de futebol ao vivo. Nos textos reunidos nessa seção são elaboradas análises com perspectivas da Análise Crítica do Discurso, dos Estudos Jurídicos Feministas e da Etnografia.

Analisando discursos jurídicos e midiáticos sobre estupro, Débora Figueiredo investiga como estupradores e suas vítimas são construídos/as. Figueiredo observa que “a construção discursiva [do estupro] [...] exerce uma forte influência na forma como a violência de gênero é vista, e como agressores e vítimas são tratados” (p. 202). A pesquisadora percebe que há uma grande preocupação com a sexualidade da mulher que é, nesse contexto, o traço central de sua identidade. Esses discursos trazem mitos produzidos pelo senso comum sobre a mulher que é representada pelas figuras de boa mãe, mulher casta, mulher promíscua. Os agressores, ao contrário, têm em sua sexualidade a desculpa para o crime, pois, para o sistema jurídico, o

estuprador nem sempre é responsável por seus atos, já que, como representante da masculinidade, suas necessidades sexuais devem ser supridas. Figueiredo afirma que os julgamentos de estupro são moldados por noções do senso comum sobre homens, mulheres e seus relacionamentos, transformando em ação social esses valores. Segundo a autora, esses discursos têm o poder de influenciar como as mulheres vêem sua sexualidade e posição social; são ordens discursivas baseadas em padrões enraizados em nossa sociedade patriarcal.

O cientista social Édison Gastaldo, no último capítulo da coletânea, investiga as lógicas simbólicas compartilhadas/construídas por homens que assistem a transmissões ao vivo de jogos de futebol em bares nas cercanias de Porto Alegre. O autor elabora uma investigação dos aspectos da sociabilidade desses homens durante o que denomina “relações jocosas futebolísticas”, isto é, interações em que a “sacanagem” dos torcedores de times adversários serve como palco para a construção da masculinidade. Gastaldo argumenta que a sociabilidade de homens nesses bares é um rico *locus* para a construção de sua masculinidade que é articulada em dois níveis: a) a performance de uma violência pretensa contra torcedores do time adversário e b) a repressão/desvalorização de comportamentos vistos como inapropriados a homens que participam do mundo do futebol.

Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos reúne pesquisas que contemplam uma multiplicidade de contextos nos quais gênero é construído pela linguagem. De uma delegacia de defesa da mulher a bares que transmitem jogos de futebol, a coletânea representa uma parcela das complexidades das relações entre gênero e linguagem. Fica, então, o desafio: investigar uma gama mais ampla de contextos socioculturais para que possamos construir inteligibilidades sobre essas relações. A obra é uma excelente fonte de inspiração para pesquisadoras/es de várias áreas. As organizadoras nos presenteiam com um livro instigante e desafiador. Ao reunir, em um só volume, vários artigos que laçam luz sobre a construção discursiva do gênero, o livro pode ser considerado o marco inaugural desse campo no Brasil.

Notas

¹ Robin LAKOFF, 1975.

² Erving GOFFMAN, 1955.

³ Uma coletânea de textos orais e escritos que documenta o uso do inglês moderno.

Referências bibliográficas

GOFFMAN, Erving. "On Face-Work: An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction." *Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes*, v. 18, 1955. p. 213-231.

LAKOFF, Robin. *Language and Women's Place*. New York: Harper and Row, 1975.

Rodrigo Borba ■
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em busca da equidade de gênero

A questão de gênero no Brasil.

PENA, Maria Valério Junho; CORREIA, Maria C.; VAN BRONKHORST, Bernice.

Rio de Janeiro: Gráfica O Lutador, 2005. 171 p.

A questão de gênero no Brasil é um relatório que reúne dados e conclusões sobre algumas das questões relacionadas a gênero no país. Publicado em 2005, é uma versão que atualiza informações recolhidas em 1999 e publicadas pela primeira vez em 2003. Com patrocínio do Banco Mundial e tendo como colaboradores representantes do governo brasileiro e da Cepia (Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação), esse documento é de inteira responsabilidade de suas autoras – Maria Valério Junho Pena, cientista social líder do Departamento de Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentáveis da América Latina e Caribe; Maria C. Correia, especialista líder em Desenvolvimento Social do Programa Especial de Pesquisa Agrícola da África; e Bernice Van Bronkhorst, consultora do Departamento de Finanças, Setor Privado e Infra-Estrutura da América Latina. A revisão do texto contou, ainda, com a colaboração da brasileira Isabel Ribeiro de Oliveira, professora titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As informações recolhidas têm como base a revisão de literatura publicada e não-publicada sobre gênero no Brasil; revisão de estudos e projetos econômicos e setoriais financiados pelo Banco Mundial nas áreas de saúde, trabalho, pobreza rural e proteção social; dados estatísticos oficiais; visitas de campo por consultoras do Banco Mundial a projetos de desenvolvimento rural no estado da Paraíba; entrevistas com autoridades

governamentais e acadêmicos; representantes da sociedade civil e de organizações de mulheres.

O livro está organizado em três partes: a primeira fornece uma visão geral das questões de gênero e as suas tendências; a segunda resume e discute as implicações e as conclusões principais coletadas pela pesquisa, em relação a seis índices – demográficos (1), de saúde (2), de educação (3), de mercado de trabalho (4), de pobreza e ajuste estrutural (5), e de política (6); e a terceira apresenta uma estratégia de continuidade e faz recomendações setoriais.

A segunda parte do livro, quanto aos índices demográficos (1) do Brasil, mostra um quadro em que o maior número de mulheres e de idosos, sendo a maioria de brancos, está concentrado nas áreas urbanas. Aponta a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade e o maior controle da natalidade através do uso de métodos contraceptivos como fatores que contribuem para a alteração da pirâmide demográfica.

Em relação aos índices de saúde (2), são citadas as doenças cardiovasculares e o câncer como as principais causas de morte entre os brasileiros. As autoras alertam ainda que os homens apresentam um número elevado de mortes por causas externas, como acidentes de trânsito e conflitos com armas de fogo; já as mulheres, devido às características anatômico-fisiológicas específicas, são mais vulneráveis à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Alertam também para o crescente número de casos de brasileiros/as contaminados/as pela Aids e identificam que a doença vem se espalhando para além dos grupos tradicionais de risco.

Outro alerta é para o alto índice de mortalidade materna entre as camadas mais pobres da população devido à má qualidade da assistência à saúde das mães, caso de gravidez de risco e abortos em condições inadequadas. Pedem atenção especial às

mulheres indígenas e às trabalhadoras rurais que, expostas a situações de risco, têm recebido tratamentos inadequados. O excesso de consumo de álcool é outra questão preocupante, responsável por 90% das internações de homens em hospitais psiquiátricos e diretamente relacionado ao aumento da violência doméstica.

Conforme dados do relatório, a violência no país está aumentando, com maior incidência dentro das residências. A violência doméstica pode ser classificada em dois tipos: a de adultos contra crianças; e a de homens contra mulheres, ambas envolvendo subordinação e relações de poder. Segundo o relatório, os adultos tendem a minimizar suas ações violentas contra as crianças justificando-as em nome da "boa educação", o que contribui para a reprodução da violência em diversos setores sociais.

Homens e mulheres são afetados pela violência, criando uma bipolaridade de gênero público/privado. Os dados do relatório informam que os homens tendem a ser mais atingidos por causas externas e atos violentos praticados por conhecidos ou por estranhos fora do âmbito familiar, enquanto as mulheres experimentam a violência dentro da própria casa, praticada pelos pais, por maridos (e ex) e por namorados (e ex). Na maioria dos casos, não ocorre denúncia, exceto em casos mais graves que envolvem risco de morte.

O relatório denuncia também a presença de diversas rotas internacionais de tráfico de mulheres, principalmente de adolescentes negras, pardas e pobres em cidades costeiras. Quanto à população carcerária, há uma maior incidência de homens presos, seguidos por mulheres não-brancas e pobres.

Em relação aos índices de educação (3), o documento chama a atenção para os cuidados que devem ser dispensados no sentido de garantir a continuidade dos estudos aos homens, que tendem a abandonar a escola mais cedo. Por outro lado, cresce o nível de escolaridade entre as mulheres, que já se apresenta superior ao dos homens. Segundo o relatório, as mulheres preferem as áreas humanas e sociais, e os homens, as ciências exatas, associadas a representações tradicionalmente masculinas como objetividade, precisão de resultados e segurança. Essa preferência de homens e mulheres por certas áreas, conforme aponta o relatório, é reforçada pelos livros didáticos que reproduzem preconceitos de gênero. Destaca também a importância de maiores cuidados à organização de creches e à qualidade da educação pré-escolar que, não sendo prioridade

do governo, ficam entregues a iniciativas individuais, com prejuízo para as camadas mais pobres da população.

No mercado de trabalho (4), uma nítida "socialização de gênero" rege a distribuição de cargos, promoções e salários, limitando a ascensão feminina. Apesar dessa tendência, cresce o número de mulheres chefes de família. A dupla jornada de trabalho, um problema a ser resolvido pelas mulheres mais pobres, depende, segundo as informações recolhidas, da maior participação masculina na divisão das tarefas domésticas, o que deixaria as mulheres mais livres para o desenvolvimento profissional.

Conforme dados do relatório, fatores como etnia, idade e nível de escolaridade do chefe de família, o tipo de ocupação, as condições de trabalho e o número de crianças pequenas nos domicílios tendem a influenciar os índices de pobreza da população (5) brasileira. Os negros, chefes de família mais jovens e com menor escolaridade, os trabalhos informais e os agrícolas, e mais que duas crianças pequenas por família, tendem a elevar o nível de pobreza. Em relação ao ajuste estrutural, quando as alterações na macroeconomia afetam o setor da indústria, causam maior desemprego entre os homens e, quando atingem o setor de serviços, afetam mais as mulheres.

O desemprego aparece como uma das principais causas de problemas relativos a auto-estima, depressão, alcoolismo e suicídio, principalmente, entre os homens, pois ameaça o papel de provedor que desempenham socialmente. O aumento do trabalho infantil masculino é um outro efeito da instabilidade econômica que necessita de maior atenção, sendo um dos motivos que levam meninos e meninas ao abandono escolar. Na política (6), ainda é tímida a participação feminina, embora os partidos sejam obrigados a destinar 25% de suas vagas a candidatas.

Na terceira parte desse relatório, as autoras fornecem uma estratégia de continuidade e fazem recomendações setoriais a respeito dos trabalhos de gênero no Brasil. Tendo como ponto de partida a busca pela igualdade entre homens e mulheres, propõem estratégias sobre as questões de gênero que atinjam esse objetivo, nas dimensões referentes a saúde, violência, educação, trabalho, pobreza, flutuações econômicas e redes de proteção social. Desse modo, cabe aqui ressaltar a conceituação de gênero, proposta por esse documento:

é uma construção sociológica relativamente recente, respondendo à necessidade de

diferenciar o sexo biológico de sua tradição social em papéis sociais e expectativas de comportamentos femininos e masculinos, tradução esta demarcada pelas relações de poder entre homens e mulheres vigentes na sociedade (p. XVII).

Na dimensão da saúde reprodutiva, as autoras ressaltam a importância de "incluir a redução da taxa de mortalidade materna, relativamente alta no Brasil, a melhora no acesso ao planejamento familiar para os mais pobres e visar os homens como parceiros nos programas de reprodução e de sexualidade" (p. 153). Na saúde reprodutiva e sexual, desencorajam a esterilização como um método de controle de natalidade, dado que ela pode levar à redução do uso da camisinha, permitindo a transmissão de doenças, entre outros aspectos. Também instigam os epidemiologistas a desenhar melhores programas de controle e prevenção da violência, da depressão e de comportamento de risco. Quanto à saúde dos povos indígenas, chamam a atenção para os grandes problemas pelos quais passam esses grupos, e justificam a criação de um programa que diminua a taxa de mortalidade entre homens e mulheres, para a preservação da riqueza cultural que tais grupos legam ao Brasil.

Dando prosseguimento às dimensões, a violência é o item considerado prioritário para o trabalho relativo a gênero no Brasil, e o sistema educacional, os programas comunitários e a mídia são os principais veículos para a prevenção da saúde. Nesse sentido, o relatório exalta os programas preexistentes no Brasil que tratam das necessidades dos meninos e das meninas de rua em geral e, em particular, daqueles que vivem na prostituição.

No item educação, as autoras fazem duas ressalvas: primeira, no sentido de tentar manter os meninos na escola, impedindo que eles fiquem com índice de escolaridade inferior ao das meninas; segunda, para melhorar a qualidade geral da escola ao reduzir os estereótipos relacionados a gênero transmitidos pela educação. Recomendam investimentos em creches, contribuindo para a melhora no desempenho das crianças e possibilitando à mulher (mãe) trabalhar "fora".

Quanto às questões ligadas ao trabalho, as autoras do relatório afirmam que o Brasil precisa tratar das diferenças salariais persistentes relacionadas a gênero. Outra prioridade é pesquisar se a licença-maternidade contribui ou discrimina ainda mais as mulheres no campo de trabalho. Sugerem que homens e mulheres

possam compartilhar a paternidade, o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas, com o objetivo de libertar as mulheres para a maior participação na força de trabalho e no emprego.

Concluindo, as autoras revelam que a incidência maior de pobreza e vulnerabilidade está entre as famílias com crianças menores de cinco anos de idade, especialmente aquelas encabeçadas por mulheres. Por outro lado, fazem duras repreensões aos modelos utilizados pelo Brasil para captar dados relacionados à indicação do "cabeça" da família, mostrando a inexatidão na descrição de lares típicos da América Latina. Citam, como um modelo a seguir, o exemplo do Banco Mundial realizado no México.

Apesar de objetivar a discussão sobre gênero, verifica-se que o relatório concentrou suas informações sobre as mulheres. Conforme recomendação das próprias autoras, fica a necessidade de um maior aprofundamento sobre características específicas dos homens e os efeitos de gênero sobre eles. Sugerimos que seria bastante válida a inclusão de uma análise em que as autoras pudessem conceituar e diferenciar, com maior precisão, os termos utilizados para a denominação da população não-branca: ora é utilizado o termo "parda", ora "preta", ora "negra". Recomendamos o emprego da palavra "negra" por referir-se a etnia, e não a cor, a fim de evitar uma possível conotação discriminatória.

Trata-se de um trabalho que documenta as questões de gênero no Brasil e que está amparado em dados coletados por uma grande e fidedigna instituição, porém, observamos que as autoras ainda apresentam alguma cautela ao fazer recomendações estratégicas à continuidade de programas ligados a gênero. Nesse sentido, sugerimos que uma possível revisão desse documento acrescente mais comentários em forma de uma análise aprofundada sobre os efeitos das representações sociais relativas a cada tendência apresentada. À luz de uma avaliação geral, o relatório vem prestar um relevante serviço aos pesquisadores da área de gênero.

Sandra Bellas de Romariz ■
Universidade Gama Filho

Simone M. F. Gomes ■
Universidade Salgado de Oliveira

Sebastião Votre ■
Universidade Gama Filho

No calor da ho(n)ra

Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do.

Londrina: EDUEL, 2006. 167 p.

A leitura de *Feitio de viver* deve ser precedida da apresentação de sua autora para se entender de onde ela fala e qual o lugar de sua pesquisa. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal Fluminense, a professora Gizêlda Melo do Nascimento ministra aulas nos cursos de graduação de Letras e Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina. Na mesma instituição, também ministra, no Programa de Mestrado em Letras, as disciplinas "Vozes Femininas na Literatura Brasileira" e "Literatura, Cidade, Sociedade". Além disso, mantém um projeto de pesquisa sobre escritoras afro-brasileiras contemporâneas cujo objetivo é formalizar, por meio de uma antologia, produções dispersas dessas escritoras. E está prevista para 2007 a publicação de alguns dos resultados obtidos pelos alunos que trabalham nesse projeto sob a orientação da professora. Em se tratando de questões relacionadas à mulher negra – como escritora ou personagem – essas publicações só vêm acrescer as outras já publicadas pela autora como, por exemplo, "Grandes mães, reais senhoras" (*Signum 1: Revista de Estudos Literários*, Londrina: EDUEL, 1998), entre outras. Em todas elas, a temática da mulher negra tem sido uma constante, variando somente o enfoque e mostrando-nos, com isso, a preocupação que a professora Gizêlda tem com as questões histórica e social da mulher negra – seja analisando-a na literatura, seja analisando o seu percurso e representação históricos.

É nesse contexto de pesquisa que *Feitio de viver*, primeiro livro da autora, encontra-se situado. É uma pesquisa narrativa. Uma história feita de várias histórias. Contudo, dada a linguagem simples e bastante pessoal da autora que conduz as narrativas, é possível atribuir ao texto um valor ensaístico, ainda mais porque a obra, ainda que seja feita de uma soma de primeiras pessoas, é fruto de uma pesquisa científica. Essa mescla de (aparente) ficção e não-ficção, amparada por

uma análise pautada na realidade histórica do passado brasileiro, especificamente do contexto do Rio de Janeiro, dá um tom diferencial e prazeroso à leitura do texto. As histórias das depoentes dão uma expressiva constatação contemporânea dos negros como bons contadores de história. Nessa corrente dialógica, Gizêlda entra como pesquisadora e leitora de sua própria história.

Feitio de viver é um texto que recupera as memórias de descendentes de escravos do Rio de Janeiro para – a partir dessas memórias – perfilar a formação, construção e sobrevivência de um povo marginalizado, que tentou (re)construir uma vida, crente nos novos ventos republicanos que acenavam com a esperança de um Brasil melhor para todos. A esperança não se concretizou, no que se refere aos negros em especial, motivo pelo qual o objeto de estudo se encontra, conseqüentemente, nas zonas periféricas. É para lá que a pesquisadora se desloca para traçar o perfil da formação familiar dessas histórias à margem, para melhor identificar e dar a conhecer o seu objeto. Selecionados os depoentes que melhor se enquadravam no perfil escolhido – descendentes diretos de escravos, portanto, com idade avançada, moradores no Rio de Janeiro há considerável tempo e/ou carioca da 'gema' –, foram escutados durante quatro anos, buscando-se com isso certa intimidade que proporcionasse, entre outros fatores, uma espontaneidade por parte deles. A naturalidade alcançada é evidente nas falas desses descendentes. Além disso, nota-se um certo prazer e orgulho ao narrarem as formas de sobrevivência deles próprios e/ou dos seus antepassados.

Respaldada pela tela de Modesto Brocos y Gomes, a análise da pesquisadora nos remete ao contato do que se é concebido como o seio da família brasileira pós-República. A partir das memórias de Vó Alzira, entre aqueles que tiveram voz no trabalho da professora, é possível (re)conhecer a história do Brasil República sob o viés dos excluídos, uma história política, social, econômica, sem querer ser história oficial. É uma possibilidade de conhecer a formação da família do subúrbio carioca do Rio de Janeiro sob o signo da memória. E essas memórias vão revelando a vida desses excluídos – formadores do tecido social da cidade do Rio de Janeiro – e permitindo-nos, por exemplo, que se conheça um outro lado

das questões políticas relacionadas ao Tenentismo e à Revolta da Chibata.

Nesse caminho trilhado pelas memórias ou pelo que sobrou do imaginário dos personagens do livro, é imprescindível reconhecer as mãos condutoras das mulheres: por um lado, como guardiãs das memórias; por outro, como guardiãs da família e responsáveis por sua formação. Nesse segundo caso, reconhece-se a mulher como a responsável pela busca de caminhos alternativos para a sua sobrevivência e dos seus após o fim oficial da escravidão, situação vivida por algumas depoentes e/ou avós de outras.

Reconhece-se também a mão da autora que, certamente, traçou, fiou, entrelaçou, costurou essa oralidade, transportando-a para esse livro que não possui um lugar: é literatura, é sociologia, é história, é memória, é biografia. É palavra escrita. E palavras escritas nem sempre são palavras perdidas. E quão necessárias são, nesse mundo contemporâneo, cuja tendência ainda é calar vozes.

O livro parece em cada linha querer demonstrar que é sempre tempo de luta pela igualdade e valorização humana. Mas como valorizar o que não ou pouco se conhece? O que nos é estranho? Aquilo que a história deliberadamente escondeu e que, às vezes, por ignorância mesmo, a sociedade não soube/sabe encarar frente a frente: as diferenças raciais, a complexa relação com os negros em uma sociedade predominantemente branca.

Esta é a relevância de *Feitio de viver*: o resgate histórico, social e político do afrodescendente, da mulher como, mais uma vez comprovado, sustentáculo de um lar – de uma vida –, o resgate de uma história presa nas malhas da memória. Reconhecer-se como uma, ou como

um afrodescendente, é motivo de orgulho, de prazer, oportunidade que *Feitio de viver* vem proporcionar.

Feitio de viver merece ser lido por nos dar a chance de retirar do limbo uma história do afrodescendente. Uma história que vem se somar, de forma distinta, a obras de autores do porte de Franz Fanon, autor de *Pele negra, máscaras brancas*, livro que reflete sobre as relações entre a mulher negra e o europeu. Entretanto, *Feitio de viver* não traz nas palavras – sem desmerecer Fanon – o tom amargo e desiludido que *Pele negra, máscaras brancas* traz consigo. *Feitio de viver* é vida, é ressurreição de uma história, é eros e não thanatos. Tem um gosto de “casa da gente”. Despretensioso, mesmo ao ditar saberes e mostrar uma outra face da negra e do negro brasileiros, o livro atinge uma suavidade e uma leveza de ser que só a boa história é capaz de conseguir, prendendo o leitor durante a leitura de cada capítulo.

O resultado do árduo trabalho da professora Gizêlda resulta, enfim, em um cuidadoso empenho de dar a conhecer as memórias dos depoentes, memórias de uma raça esquecida, marginalizada, que, na individualização de um povo, atingem um coletivo. Trata-se de um livro que pode ser lido no calor da hora, mas que traz uma história que pode ser lida, na sua temporalidade, muito mais como o *calor da ho(n)ra*, de quem, mesmo calado durante mais de cem anos, ao ser ouvido, conta uma outra história do negro no Brasil. Não mais o *navio negreiro*, mas *feitios de viver*.

Sandra Maria Job ■
Universidade Federal de Santa Catarina